DE ACORDO COM O EDITAL Nº 02/2026

apostilas opção

INB

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL

INSPETOR DE GUARDA



- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Conhecimentos de Normas
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

INB

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL

INSPETOR DE GUARDA

EDITAL Nº 02/2026

CÓD: OP-063OT-26
7901183011513

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO: Organização estrutural dos textos 9
2. MARCAS DE TEXTUALIDADE: coesão, coerência e intertextualidade 10
3. Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo 10
4. Tipos textuais: informativo, normativo e didático; características específicas de cada tipo 19
5. Textos literários e não literários 19
6. Tipologia da frase portuguesa; Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção; Problemas estruturais das frases 20
7. Norma culta 23
8. Pontuação e sinais gráficos 24
9. ORGANIZAÇÃO SINTÁTICA DAS FRASES: termos e orações; Ordem direta e inversa 25
10. Tipos de discurso 29
11. Registros de linguagem 32
12. Funções da linguagem; Elementos dos atos de comunicação 34
13. Estrutura e formação de palavras 38
14. Formas de abreviação 39
15. Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições 41
16. Os modalizadores 48
17. Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos; Polissemia e ambiguidade 49
18. Os dicionários: tipos; a organização de verbetes 50
19. VOCABULÁRIO: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos 53
20. Ortografia 56
21. Acentuação gráfica 57

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Proposições, conectivos, equivalências lógicas; Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações 63
2. Quantificadores e predicados 67
3. Conjuntos e suas operações, diagramas 71
4. Números inteiros, racionais e reais e suas operações 73
5. Porcentagem 82
6. Juros 84
7. Proporcionalidade direta e inversa 86
8. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo 90
9. Problemas de contagem e noções de probabilidade 92
10. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área 96
11. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão 102
12. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância 104

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

13. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos; Problemas de lógica e raciocínio 104
14. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas 117
15. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais 121

Conhecimentos de Normas

1. NORMAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS AO SETOR PÚBLICO: Princípios constitucionais da Administração Pública (Art. 37 da CF) 129
2. Lei nº 9.784/1999 (Responsabilidade administrativa de empregados públicos. Processo administrativo) 132
3. LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE: Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) 138
4. Decreto nº 11.129/2022 (regulamenta a Lei Anticorrupção) 142
5. Lei nº 14.230/2021 (Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa) 152
6. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) 158
7. Conflito de interesses na Administração Pública 166
8. Boas práticas de governança corporativa 170
9. PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) 173
10. Conceitos de dados pessoais e dados sensíveis; Bases legais para tratamento de dados; Responsabilidade no tratamento de dados de candidatos 187
11. Noções de segurança da informação 190
12. NORMAS DE SEGURANÇA NUCLEAR E RADIOLÓGICA: Competências da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN); Normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Princípios de proteção radiológica; Segurança operacional em instalações nucleares; Procedimentos básicos de radioproteção; Controle e manuseio de materiais nucleares 192
13. NORMAS REGULAMENTADORAS – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: NR 01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos) 195
14. Normas Ambientais: Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) 203
15. Licenciamento ambiental 209
16. Responsabilidade ambiental 223
17. Gestão de resíduos industriais 226
18. Noções de sustentabilidade e gestão ambiental; Princípios de desenvolvimento sustentável 228
19. NORMAS TÉCNICAS INDUSTRIAIS: Conceitos de qualidade e gestão de processos 230

Conhecimentos Específicos
Inspetor de Guarda

1. NOÇÕES DE SEGURANÇA PATRIMONIAL: conceitos fundamentais de segurança, abrangendo segurança física, patrimonial e institucional 239
2. SISTEMAS DE SEGURANÇA: CFTV (circuito fechado de televisão), sistemas de alarme e controle eletrônico de acesso 243
3. TÉCNICAS DE VIGILÂNCIA E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS: postos de serviço e registros de ocorrência 246
4. CONTROLE DE ACESSO: identificação de pessoas, veículos e materiais, bem como procedimentos de credenciamento e autorização 250

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ÍNDICE

5. ABORDAGEM: técnicas de abordagem segura, verbalização adequada e postura profissional. 6. RONDAS: tipos, planejamento e registro das atividades 253
6. PROTEÇÃO DE ÁREAS SENSÍVEIS: instalações críticas, materiais controlados e procedimentos voltados à prevenção de incidentes 257
7. COMUNICAÇÃO: uso do rádio, uso de códigos, comunicação de incidentes e elaboração de relatórios operacionais 260
8. NOÇÕES DE SEGURANÇA PRIVADA: legislação aplicada e direitos e deveres do vigilante 264
9. PROCEDIMENTOS EM SITUAÇÕES CRÍTICAS: atuação em casos de invasão, furto e emergências 268
10. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO: noções básicas e uso de equipamentos 271
11. PRIMEIROS SOCORROS: atendimento inicial em situações de emergência 275
12. DEFESA PESSOAL: técnicas de imobilização e autoproteção 293
13. ARMAMENTO E TIRO: manuseio seguro de armas de fogo, legislação e prática operacional 297
14. USO PROGRESSIVO DA FORÇA E GERENCIAMENTO DE CRISES: técnicas para atuação segura em situações críticas 300
15. LEGISLAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: prevenção ao crime, cidadania e combate à discriminação 304
16. RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO: atendimento ao público, comunicação interpessoal e prevenção e mediação de conflitos 307
17. Norma ANSN 2.01 Proteção Física de Materiais e Instalações Nucleares (Resolução CNEN 253/19) 314

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO: ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS TEXTOS

▸ Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

▸ Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

▸ Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As l

eis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Em "E" – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MARCAS DE TEXTUALIDADE: COESÃO, COERÊNCIA E INTERTEXTUALIDADE

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

▸ Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catafórica Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. *Eles* são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto esta: colonização africana. Mais um ano igual *aos* outros...
SUBSTITUIÇÃO	Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. *A* menina está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo "haver")
CONJUNÇÃO	Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, mas estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha casa é clara. Os quartos, a sala e a cozinha têm janelas grandes.

▸ Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio. Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição**: não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia**: a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância**: as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática**: é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.
- **Princípio da progressão semântica**: inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: DESCRIÇÃO, NARRAÇÃO, EXPOSIÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E INJUNÇÃO; CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DE CADA MODO

Tipos Textuais: Definição e Características Gerais

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS; ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos às proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

"Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F."

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
  - Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
  - Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
  - Frases imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
  - Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): "esta frase é falsa" (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – 2 + 5+ 1

- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.
s: Pedro é professor.

- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca **e** Pedro é professor.

Atenção: todas as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Exemplos:

- **1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:**
- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão x + y é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:
(A) uma proposição;
(B) duas proposições;
(C) três proposições;
(D) quatro proposições;
(E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) "A frase dentro destas aspas é uma mentira", não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.

(B) A expressão x + y é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.

(C) O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos

(D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).

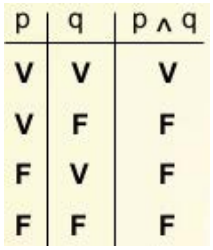
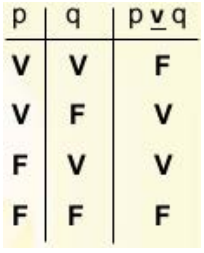
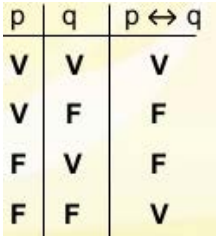
(E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conectivos (conectores lógicos)

Para compor novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE
Negação	~	**Não** p	
Conjunção	^	p **e** q	
Disjunção Inclusiva	v	p **ou** q	
Disjunção Exclusiva	v	**Ou** p **ou** q	
Condicional	→	**Se** p **então** q	
Bicondicional	↔	p **se e somente se** q	

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS DE NORMAS

NORMAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS AO SETOR PÚBLICO: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 37 DA CF)

Da Administração Pública

- **Disposições gerais e servidores públicos**

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

- **Princípios da Administração Pública**

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → **Princípio da Estrita Legalidade**
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

- **Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa**
  - Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
  - Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
  - Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
  - Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	**Indireta**
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam - se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;(Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)(Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando - se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE SEGURANÇA PATRIMONIAL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE SEGURANÇA, ABRANGENDO SEGURANÇA FÍSICA, PATRIMONIAL E INSTITUCIONAL

Conceitos Fundamentais de Segurança e Seus Níveis de Aplicação

▸Segurança como condição e como atividade

Significado técnico do termo

Segurança é a condição na qual pessoas, bens, informações e atividades de uma organização se encontram protegidos contra ameaças capazes de provocar perda, dano ou interrupção. Essa condição nunca é absoluta: trata-se de um estado relativo, mantido por meio de medidas planejadas que reduzem a probabilidade de ocorrência de eventos indesejados e atenuam suas consequências quando eles acontecem. Por esse motivo, a segurança deve ser compreendida simultaneamente como resultado, isto é, um ambiente suficientemente protegido, e como atividade, ou seja, o conjunto contínuo de ações destinadas a produzir e preservar esse ambiente.

A distinção entre os dois sentidos é relevante para a prática profissional. Quem entende a segurança apenas como resultado tende a considerar encerrado o trabalho quando o equipamento é instalado ou o posto é guarnecido. Quem a compreende como atividade reconhece que as ameaças mudam, que os procedimentos se desgastam e que a vigilância precisa ser renovada diariamente. Uma instalação com cercas, câmeras e vigilantes permanece vulnerável se as rotinas de verificação forem abandonadas ou se os profissionais deixarem de observar o que se passa ao redor.

Elementos que compõem a análise de segurança

Quatro noções sustentam qualquer raciocínio em segurança. O ativo é tudo aquilo que possui valor para a organização e precisa ser protegido. A ameaça é a causa potencial de um incidente, como a ação de um invasor, um incêndio ou uma falha humana. A vulnerabilidade é a fragilidade que permite que a ameaça produza efeito, por exemplo uma porta sem trava, um muro baixo ou um procedimento ignorado. O risco, por sua vez, expressa a combinação entre a probabilidade de a ameaça explorar a vulnerabilidade e o impacto resultante sobre o ativo.

A relação entre esses elementos esclarece onde atuar. Não se elimina a ameaça apenas com a presença de um vigilante, mas é possível reduzir vulnerabilidades, dificultar o acesso ao ativo e diminuir o impacto por meio de planos de resposta. Dessa lógica decorre a ideia de que a segurança eficaz se baseia em diagnóstico prévio, e não em medidas aplicadas por impulso diante de cada ocorrência isolada.

▸Classificação segundo o objeto protegido

Segurança física

A segurança física abrange os meios materiais e estruturais que impedem, dificultam ou retardam o acesso não autorizado e protegem contra danos ambientais. Incluem-se nesse grupo muros, cercas, portões, grades, fechaduras, cofres, iluminação, barreiras de contenção de veículos e dispositivos de proteção contra incêndio. Seu princípio básico consiste em interpor obstáculos entre a ameaça e o ativo, de modo que o tempo necessário para a ação hostil seja superior ao tempo de que a resposta dispõe para chegar ao local.

Segurança patrimonial

A segurança patrimonial dedica-se à preservação do conjunto de bens, móveis e imóveis, pertencentes a uma pessoa ou organização, bem como ao controle de quem os utiliza e os movimenta. Compreende a guarda de instalações, a vigilância de equipamentos e estoques, o controle de entrada e saída de materiais e a prevenção de furtos, roubos, danos e usos indevidos. Diferencia-se da segurança física porque não se limita à estrutura: envolve pessoas, procedimentos e registros que dão rastreabilidade ao patrimônio.

Segurança institucional

A segurança institucional tem alcance mais amplo e volta-se à proteção da organização como entidade: sua continuidade operacional, sua reputação, suas pessoas, suas informações estratégicas e sua conformidade com as normas aplicáveis. Nela se inserem políticas, planos de contingência, gestão de crises e a definição de responsabilidades em todos os níveis hierárquicos. Uma ocorrência patrimonial isolada, como o furto de um equipamento, pode adquirir dimensão institucional quando compromete dados, expõe a organização a sanções ou abala a confiança do público.

▸Relação entre os níveis de segurança

A tabela organiza os três níveis em função do objeto protegido, dos meios predominantes e do tipo de resultado esperado. A leitura comparativa permite perceber que os níveis não competem entre si, mas se complementam: o nível físico fornece a estrutura, o patrimonial opera as rotinas e o institucional estabelece a direção.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Nível	Objeto protegido	Meios predominantes	Resultado esperado
Segurança física	Instalações e áreas	Barreiras, iluminação, fechaduras, sinalização	Dificultar e retardar o acesso indevido
Segurança patrimonial	Bens, estoques e equipamentos	Vigilância, inventário, controle de acesso, registros	Evitar perdas e garantir rastreabilidade
Segurança institucional	Organização, pessoas e reputação	Políticas, planos, treinamento, gestão de crises	Preservar a continuidade e a confiança

Os três níveis dependem uns dos outros. Um muro elevado sem rotina de verificação perde valor com o tempo, e um excelente plano institucional não se sustenta quando as barreiras físicas são frágeis. A integração é obtida quando cada profissional compreende em qual nível atua e como sua tarefa contribui para os demais.

Segurança Física e Proteção do Perímetro

▸Princípios de proteção por camadas

Defesa em profundidade

O princípio da defesa em profundidade estabelece que o ativo mais importante não deve depender de uma única barreira. Em vez disso, dispõem-se camadas sucessivas de proteção, do exterior para o interior: o perímetro do terreno, a área externa das edificações, o corpo do edifício, os ambientes internos e, por fim, o objeto específico a ser guardado, como um cofre ou uma sala de equipamentos. Cada camada acrescenta tempo e dificuldade ao deslocamento do agressor e multiplica as oportunidades de detecção.

A vantagem desse arranjo é a tolerância a falhas. Se um portão é forçado, a segunda camada ainda impõe resistência; se uma câmera deixa de funcionar, o vigilante da área interna mantém o controle. A ausência de camadas gera pontos únicos de falha, nos quais o rompimento de uma só proteção compromete todo o conjunto.

Dissuadir, detectar, retardar e responder

Toda estratégia de proteção física pode ser descrita por quatro funções encadeadas. Dissuadir significa desestimular a tentativa, por meio de sinais visíveis de proteção, iluminação adequada e presença humana. Detectar consiste em perceber a tentativa quando ela ocorre, por observação direta, sensores ou câmeras. Retardar corresponde a impor obstáculos que ampliem o tempo de ação do invasor. Responder, por fim, é a atuação humana que interrompe, contém ou registra o evento.

A eficácia do conjunto depende da coerência entre as funções. De nada serve detectar com precisão se o retardo é insuficiente e a resposta chega depois de consumada a perda. Por isso o projeto de proteção deve calcular o tempo de chegada do apoio e dimensionar as barreiras para que o retardo supere esse intervalo.

▸Componentes físicos do perímetro

Barreiras estruturais

As barreiras estruturais delimitam o espaço protegido e orientam o fluxo de entrada e saída. Muros e cercas definem a fronteira e impedem a transposição casual, enquanto portões, cancelas e portarias concentram o acesso em pontos controláveis. A altura, o material e o estado de conservação influenciam diretamente o grau de proteção: cercas danificadas ou vegetação encostada ao muro funcionam como facilitadores de escalada e como ocultação para quem se aproxima.

Também integram essa categoria os elementos de proteção contra veículos, como balizadores e barreiras de concreto, úteis em locais onde a invasão por impacto representa risco relevante. O projeto deve prever, ainda, que essas estruturas não bloqueiem as rotas de emergência nem o acesso de viaturas de socorro.

Iluminação e visibilidade

A iluminação é uma barreira psicológica e operacional. Áreas bem iluminadas reduzem a sensação de impunidade, permitem a identificação de pessoas e objetos e favorecem o funcionamento das câmeras. A distribuição deve evitar zonas de sombra e ofuscamento do vigilante, e o posicionamento das luminárias precisa considerar que um ponto de luz mal colocado pode, ao contrário, criar silhuetas que escondem quem se encontra atrás dele.

A visibilidade natural também compõe a proteção. Arbustos altos, depósitos de materiais encostados ao muro e veículos estacionados junto às cercas obstruem o campo de visão e devem ser tratados como vulnerabilidades. Manter o entorno limpo e desobstruído é uma tarefa simples, mas decisiva para a vigilância.

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

